

O ESPAÇO REGIONAL NA LITERATURA BRASILEIRA: UM PROBLEMA DE FRONTEIRAS**THE REGIONAL SPACE IN BRAZILIAN LITERATURA: A MATTER OF BORDERS**André Tessaro PELINSER¹

Resumo: Este trabalho examina a presença do espaço regional na história da literatura brasileira como um problema de fronteiras. Da usual concepção dos limites geopolíticos que dividem territórios físicos à complexa dimensão simbólica envolvida no ato de impor limites, o trânsito entre regiões geográficas e literárias no Brasil encetou percepções que apontam não só para fronteiras entre domínios nacional e estrangeiro, como também entre realidade e ficção. Esta reflexão parte de algumas considerações sobre a capacidade da literatura de fomentar percepções de mundo e analisa brevemente a postura da crítica face ao elemento regional no texto literário. Em seguida, a partir das soluções encontradas por alguns escritores para a representação dos espaços regionais e com base em discussões teóricas sobre a noção de região, busca-se demonstrar como a literatura pode ter conformado a apreciação dos espaços regionais no Brasil.

Palavras-chave: espaço, região, regionalismo, fronteira, história da literatura.

Abstract: This essay examines the presence of regional space in Brazilian history of literature by taking it as a matter of borders. From the usual conception regarding the geopolitical limits that divide physical territories to the complex symbolic dimension relating to the act of imposing limits, the transit between geographic and literary regions in Brazil launched perspectives that not only point out borders between national and foreign domains, but also between reality and fiction. This discussion adopts, as its starting point, some reflections upon literature's ability to encourage certain perceptions of the world. It also briefly analyses attitudes adopted by literary criticism towards the presence of regional aspects in literary texts. Then, based on alternatives found by some writers when it comes to the representation of regional spaces and on theoretical discussions about the idea of region, this paper aims at demonstrating how literature may have ruled the interpretation of regional spaces in Brazil.

Keywords: space, region, regionalism, border, history of literature.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, CEP 31270-901, Belo Horizonte – MG, Brasil. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: andre.pelins@gmail.com

A partir da ficção de Guimarães Rosa, este trabalho examina a presença do espaço regional na história da literatura brasileira como um problema de fronteiras. Da usual concepção dos limites geopolíticos entre territórios físicos à complexa dimensão simbólica envolvida no ato de impor limites, o trânsito entre regiões geográficas e literárias no Brasil encetou percepções que apontam não só para fronteiras entre nacional e estrangeiro, como também entre realidade e ficção.

Do ponto de vista da história literária, o florescimento do Regionalismo afigurou-se como uma resposta aos anseios por originalidade e independência da intelectualidade local. No seio do Romantismo, os debates com intelectuais estrangeiros e a necessidade de particularização carregaram um desejo de impor limites entre o “nós” e o “eles”. Buscando demarcar fronteiras entre o nacional e o estrangeiro com vistas a uma identidade própria, a literatura se voltou para o interior do país e acabou por transformar o regional em baliza do nacional e em medida de diferenciação do internacional. No processo, não só consolidou fronteiras como também conformou realidades à semelhança de ficções, dando feição ao Regionalismo literário brasileiro.

Sob outra perspectiva, como verdadeiro processo de transcrição, a própria escrita se coloca em posição fronteira, na medida em que pertence ao domínio da ficção mas é capaz de engendrar novas percepções sobre a realidade. O próprio processo de leitura é então uma imersão nesse outro universo, de modo que se pode pensar a fronteira entre ficção e realidade como constituída por um limiar tênue e parcial, uma vez que permite o trânsito entre os dois lados e outorga a esse diálogo a capacidade de fomentar mudanças em ambos.

Nesse sentido, pode-se partir da reflexão de Michel Maffesoli (2001, p. 78), que ao explicar sua concepção de imaginário social, defende o poder de escrever como um poder de ditar a realidade. É nessa linha que a literatura pode ser pensada enquanto instância do imaginário, enquanto imagem gerada por uma atmosfera, que, em seguida, retroalimenta o contexto em que surgiu. Mostrando como pode chegar ao extremo essa capacidade de ditar a realidade, Umberto Eco descreve uma experiência própria:

[...] dois alunos da École des Beaux-Arts de Paris vieram me mostrar um álbum de fotografias em que reconstituíram todo o trajeto de minha personagem Casaubon, tendo fotografado à mesma hora da noite todos os lugares que mencionei. [...] Não que tivessem

acrescentado à sua tarefa de leitores-modelo as preocupações do leitor empírico que quer verificar se meu romance descreve a Paris real. *Ao contrário, seu desejo era transformar a Paris “real” num lugar de meu livro e, dentre todas as coisas que poderiam encontrar na cidade, selecionaram somente os aspectos que correspondiam a minhas descrições. Usaram um romance para dar forma àquele universo amorfo e imenso que é a Paris real.* (ECO, 1994, p. 93, grifo nosso).

Assim, se “a obra de ficção nos encerra nas fronteiras de seu mundo e, de uma forma ou de outra, nos faz levá-la a sério” (ECO, 1994, p. 84), ela também modifica o mundo do leitor. O exemplo de Umberto Eco é eloquente nesse aspecto. Seu texto está invariavelmente condicionado pela existência de Paris e é largamente influenciado pelo peso que a cidade possui no imaginário ocidental, mas logra ultrapassá-la, como toda obra de arte, criando uma Paris que funciona apenas enquanto espaço narrativo. A despeito disso, o impacto que causa nos dois leitores referidos leva-os a tentar submeter a realidade à literatura, em um processo inverso ao que costuma ocorrer. Como menciona Eco, os dois alunos não agem como um leitor empírico que deseja averiguar se a obra corresponde à realidade. Dão, ao contrário, primazia à ficção.

A partir disso, pode-se observar que, também na literatura brasileira, a ficção por vezes conforma a realidade. Rafael José dos Santos demonstra a importância dos textos literários para a formação dos imaginários sobre as regiões, os quais acabariam por pautar muitas das delimitações regionais do Brasil. Segundo o autor, se é com a obra *Flora brasiliensis*, de Carl Friedrich Philipp von Martius, que vem a lume a primeira proposta de divisão do Brasil em regiões, em 1843 (SANTOS, 2012, p. 75), é apenas com a literatura romântica, e sobretudo a partir de 1870, que começará a se consolidar um imaginário acerca das regiões brasileiras (SANTOS, 2012, p. 83). Tamanha é a importância desse imaginário que “É sobre um desses recortes, uma dessas territorialidades que Gilberto Freyre assentaria suas reivindicações regionalistas em fins dos anos 1920” (SANTOS, 2012, p. 87). Sendo assim, o Nordeste de Freyre não se desenha segundo as definições científicas até então desenvolvidas, mas a partir do “território culturalmente mapeado ainda no século XIX por [José de] Alencar e [Franklin] Távora, arrolados pelo sociólogo pernambucano no texto do *Manifesto Regionalista*”. (SANTOS, 2012, p. 87)

Percebe-se, então, como a literatura influenciou, inicialmente no plano do imaginário, a percepção das fronteiras regionais no Brasil. Desnecessário argumentar

que tal influência não se restringiu àquele momento; desdobrou-se de maneiras variadas conforme os intelectuais brasileiros se debruçavam sobre o território nacional, buscando apreender o país em toda a sua extensão. A estreita ligação entre artes e ciências sociais constitui marca da segunda metade do século XIX, quando grupos como a Escola do Recife, capitaneada por Tobias Barreto, se responsabilizavam pela difusão de novas correntes de pensamento no Brasil, ao mesmo tempo em que se mantinham próximos das atividades de crítica literária e artística. A percepção sociológica do país foi-se gestando *pari passu* ao amadurecimento da ideia de nacionalidade e da própria literatura brasileira.

Não surpreende, portanto, o verdadeiro problema de fronteiras que a crítica literária parece ter vislumbrado no elemento regional que compõe a literatura brasileira. Dentre a fortuna crítica de Guimarães Rosa, por exemplo, não são raros os estudos que buscam averiguar a existência da infinidade de lugares mencionados pelo autor. Muitas vezes com a ajuda de mapas e itinerários, intenta-se demonstrar que Guimarães Rosa teria criado livremente boa parte das localidades onde se desenrolam suas tramas ou, ao contrário, que os lugarejos seriam todos localizáveis no mapa do país.

No famoso ensaio “O homem dos avessos”, quando Antonio Candido aponta tênue semelhança entre Guimarães Rosa e Euclides da Cunha a partir da divisão temática da obra em “a terra, o homem, a luta” (CANDIDO, 1991, p. 295), um dos pontos que interessam ao crítico é o das regiões inventadas pelo escritor mineiro. Segundo Candido, para analisar os mapas rosianos, é preciso

Cautela, todavia. Premido pela curiosidade o mapa se desarticula e foge. Aqui, um vazio; ali, uma impossível combinação de lugares; [...] Começamos então a sentir que a flora e a topografia obedecem frequentemente a necessidades da composição. (CANDIDO, 1991, p. 296-297).

Dentre esses lugares que de repente desaparecem, vários são os situados à margem esquerda do São Francisco na análise do crítico, incluindo o Liso do Sussuarão e o arraial do Paredão, ambos de *Grande sertão: veredas*. A respeito do primeiro, Candido afirma, descrente, que “além da lagoa Sussuarana, que os mapas registram, deve haver uma dura caatinga” (CANDIDO, 1991, p. 298).

Em outro ensaio, desta vez de autoria de Fernando Correia Dias, publicado em

1966 e fruto de uma conferência sobre *Grande sertão: veredas*, mantém-se o problema da região geograficamente localizável. É sintomático que o autor corrobore a afirmação de Antonio Candido, mas anuncie, em seguida, a problemática que se impõe. Assim, ressalta, por um lado, que “se engana, conforme adverte Antonio Candido, quem pretender seguir palmo a palmo no mapa, as andanças da cavalaria sertaneja”, e, por outro, destaca em nota de rodapé que, “Apesar dessa opinião de Antonio Candido, sei que o Prof. Morse Belém Teixeira, um dos mais profundos conhecedores da obra de Guimarães Rosa, conseguiu a localização geográfica de praticamente toda a ação do livro.” (DIAS, 1991, p. 395).

Por sua vez, Alan Viggiano (1993), em *O itinerário de Riobaldo: espaço geográfico e toponímia em Grande sertão: veredas*, e Eugênio Goulart (2006), em *Rastreado Riobaldo*, deixam clara uma perspectiva diversa: a de quem se propõe a refazer os percursos das personagens no mundo real para comprovar a correspondência entre plano fático e espaços ficcionais. Ao contrário do que fazem os leitores de Umberto Eco, que buscam adequar a realidade à arte, os referidos autores almejam demonstrar como a arte tem sólidas fundações na realidade mineira. Isso não implica, no entanto, uma tentativa ingênua e superficial de comprovar a mera condição real de espaços posteriormente ficcionalizados. Diz respeito, em sentido mais amplo, a um modo de se relacionar com o mundo que estaria presente nos escritos rosianos, os quais deitariam suas raízes em um universo muito específico e dele fariam emanar um largo espectro de significados.

Destarte, vê-se bem a dificuldade de lidar com a presença da região no texto rosiano e, por extensão, na literatura brasileira de cunho regionalista. Parte do problema parece advir da própria natureza da questão, já que, como aponta José Clemente Pozenato, referindo-se ao pensamento de Pierre Bourdieu e de Émile Benveniste,

a palavra *regio* deriva de *rex*, a autoridade que, por decreto, podia circunscrever as fronteiras: *regere fines*. A região não é pois, na sua origem, uma realidade *natural*, mas uma divisão do mundo social estabelecida por um ato de vontade. Tal divisão só não é totalmente arbitrária porque, por trás do ato de delimitar um território, há certamente critérios, entre os quais o mais importante é o do alcance e da eficácia do poder de que se reveste o *auctor* da região. Enquanto esse poder é reconhecido, a região por ele regida existe. Em suma, a região, sem deixar de ser em algum grau um espaço *natural*, com fronteiras *naturais*, é antes de tudo um espaço construído por decisão,

seja política, seja da ordem das representações, entre as quais as de diferentes ciências. (POZENATO, 2003, p. 150, grifos originais).

Há, nessa perspectiva, a ambição de delimitar no nível do discurso a abrangência do espaço regional, conferindo-lhe reconhecimento e legitimidade na mesma proporção em que são legítimos e reconhecidos o discurso e aquele que o profere. Seja a partir de transmissões radiofônicas ou televisivas, de jornais e revistas, de eventos e passeatas, da música ou da literatura, o discurso performativo procede a uma seleção de elementos que encontram unicidade em si mesmos ou nas relações particulares que travam entre si e que com isso são capazes de demarcar uma determinada conjunção de espaço cultural e físico como distinta em relação às outras.

Riobaldo é excelente exemplo desse processo, uma vez que em *Grande sertão: veredas* é ele o dono do discurso, é a sua voz que dá a conhecer o seu mundo, do início ao fim, sem intervenções. Quando assevera que o sertão “é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade” (ROSA, 2001, p. 24), Riobaldo cria esse espaço. Ao mesmo tempo em que enuncia, a personagem dá ao ato caráter de verdade. O enunciado e a ação coincidem, em suma, tal como pressupõe o discurso performativo. Isso, contudo, não se restringe ao espaço interno da ficção. O enunciado de Riobaldo torna real também uma percepção espacial, uma percepção de sertão que confere existência a esse território a um só tempo ficcional e real.

Essa característica, a bem da verdade, torna coesa a tradição regionalista na literatura brasileira e irmana obras a partir de motivos e formas de narrar, traçando laços que ora as unem, ora as separam. Volte-se a Afonso Arinos para localizar um tema que vem estampado na própria capa de diversas edições de *Grande sertão: veredas* e de *Corpo de baile*. No conto “Buriti perdido”, de *Pelo sertão*, pinta-se em tons impressionistas a grandiosidade mítica de uma variedade de palmeira que nada teria de especial não fossem as relações particulares que mantém com o sertão. Distinguindo-se pela capacidade de conservar líquido e de manter olhos d’água quando em grupo, o buriti torna-se signo de vida naquele território ermo e se transforma em garantia de repouso ao viajante que o avista ao longe. Assim o louva Afonso Arinos, quando o coloca no “meio da campina verde”, como “cantor mudo da vida primitiva dos sertões”, ao qual recorrem “os patos pretos que arribam ariscos das lagoas longínquas em

demanda de outras mais quietas e solitárias” (ARINOS, 1981, p. 47). À sombra desse poeta dos desertos, gerações e gerações passarão, sem que seque seu tronco pardo e escamoso, e pela narração das suas próprias desgraças – em clara metonímia às vicissitudes do sertão – o buriti impedirá a sua própria destruição, comprando o direito à vida com poesia selvagem e dolorida, nos dizeres de Arinos (1981, p. 48).

Com efeito, mais de meio século depois, esse mesmo buriti retorna frondoso e evita a morte do mundo sertanejo, quando, na visão de muitos intelectuais, esse espaço-símbolo já era dado por “superado” na ficção brasileira. Por escolha do próprio Guimarães Rosa, que considerava a palmeira um motivo constante, quase uma personagem do livro², a versão integral do conto de Arinos figurou na orelha da primeira edição de *Corpo de baile*. Além de dar título a uma das histórias do volume, desempenhou papel fundamental em seu enredo e reapareceu ao longo de inúmeras reedições do conjunto da obra rosiana nos desenhos de Poty. Cumprindo a profecia de Arinos, o buriti ressurgiu no texto de Guimarães Rosa e garante ao sertão o direito à vida a partir da palavra, reafirmando nessa ressonância uma visão da realidade e recriando o mundo à medida que o anuncia.

O discurso desses autores, portanto, conforma a realidade, define as maneiras de vê-la e rege as fronteiras entre os espaços. Ainda que partam da ficção, falas dotadas de tanto capital simbólico quanto as de Riobaldo ou as das personagens das novelas de *Corpo de baile*, as quais não depõem sobre si mesmas, mas sobre a visão de mundo professada por obras de alto impacto, são capazes de moldar percepções sobre os espaços regionais tanto na ficção quanto fora dela.

Região é, portanto, uma noção performativa, que busca instaurar uma visão do mundo. Mais do que um espaço geograficamente delimitado, a região se configura como espaço construído pelo homem. Como salienta Pozenato, muito embora esse território seja em alguma medida marcado por características físicas, por fronteiras naturais, a sua validade está condicionada à aceitação coletiva das representações

² Conforme nota introdutória ao volume em homenagem a Guimarães Rosa: “quando estudávamos os complementos de capa da 1ª edição de *Corpo de Baile*, Guimarães Rosa apareceu em nosso departamento editorial e pediu: ‘Gostaria que as orelhas do 1º vol. trouxessem isto.’ E nos entregou um texto de Afonso Arinos (então transcrito na íntegra) precedido de nota assim redigida por G. R.: ‘BURITI – O buriti é um motivo constante neste livro. Quase um personagem. Por isso, em vez de se inserirem aqui os costumeiros dados biográficos acerca do autor, preferiu este se falasse da palmeira a que Afonso Arinos consagrou admirável página. E que melhor maneira de fazê-lo, senão transcrevendo-a?’” (ANDRADE *et al*, 1968, p. 9).

simbólicas impostas por sujeitos investidos de poder para tal. A região existe enquanto existirem os laços simbólicos que a sustentam. Como imagem performativa, constrói a realidade pelo poder de nomear, pelo poder de reger os fins através do discurso – donde sua dependência da autoridade legítima daquele que enuncia.

Nesse sentido, as regiões são inventadas por aqueles que possuem legitimidade para tornar real a ficção que é qualquer divisão do mundo. Isto é, regiões não existem simplesmente, elas têm sua coerência construída nos domínios da linguagem. Para que sejam conhecidas e reconhecidas, contribuem diversos tipos de representações, dentre elas a literatura, a qual veicula uma maneira de estar no mundo e propõe uma relação com o espaço social.

Jürgen Joachimsthaler assinala com grande pertinência o caráter decidido e decisivo das fronteiras culturais. Os espaços culturais não são delimitados antes que um processo decisório os construa enquanto tal, o que é decisivo não só para a vida em sociedade como também para a formação dos padrões de julgamento, de gosto, de apreciação. Por isso, para o autor, os “espaços culturais, por si sós, ainda não são regiões”. Na verdade, Joachimsthaler sustenta que:

Os modelos identitários aparentemente bem definidos, que identificam um determinado contexto local com “seus” cidadãos e “sua” cultura, com uma bem-vinda “unidade” regionalmente professada [...], são realidade somente porque eles (os modelos identitários), como toda cultura, são construídos e preservados. [...] Via de regra, essa ação humanizadora da cultura, que permite que regiões se tornem “pátria”, em raros casos é percebida concretamente como um processo decisório consciente dos formadores do espaço cultural. (JOACHIMSTHALER, 2009, p. 28).

Nessa perspectiva, não é preponderante identificar o caráter factual da representação regional, porque a própria representação contribui para determinar os modelos identitários. Oriunda de um processo cíclico semelhante àquele do imaginário que se mencionou no início, a obra parte de um espaço cultural e reincide sobre ele, reforçando, combatendo e transformando percepções. No nível simbólico das suas tramas ficam registrados e preservados os modelos de identidade e de cultura que desempenham papel fundamental para manter a unidade professada socialmente.

Torna-se realidade “esta” cultura, à qual pertencem “estes” cidadãos, pelo registro que dela se faz e que, sendo obra literária, texto vivo e circulante, preconiza as

maneiras de ser. Isso, entretanto, no entender do autor, raramente é percebido como um processo consciente de decisão, de escolha e de seleção de elementos por parte daqueles autorizados a formar o espaço cultural. Aquilo que parece o simples registro da manifestação de um imaginário particular a um espaço também ele particularizado, é em maior ou menor grau fruto de processos decisórios sobre o que deve e o que não deve ser incluído como modelo de cultura.

Se a obra literária pode ser vista ela também como parte desses processos decisórios, como registro de um “dever ser”, é pertinente retomar o que Rafael José dos Santos assinala em relação à construção da ideia de região no pensamento intelectual brasileiro a partir dos escritos de José de Alencar e de Franklin Távora, posteriormente ressignificados por Gilberto Freyre. Em vários sentidos, esses autores decidiram as regiões do país. Afinal, para Joachimsthaler, independentemente de se distinguir ou não entre a região político-jurídica e a região cultural-literária, a condensação de um espaço cultural em ambos os casos pressupõe “um sujeito semantizador, que atribui à região uma particularidade como seu sentido.” (JOACHIMSTHALER, 2009, p. 31).

Ao atribuir, em forma literária, uma particularidade como o sentido de um espaço regional, o autor procede à literarização da região. Tal processo, no entender de Jürgen Joachimsthaler (2009, p. 35; 41), ocorre quando uma regionalidade está indelevelmente inscrita em um texto e pode ser fruto, não raras vezes, da necessidade de documentar determinada cultura, gerando uma imagem consciente da região representada. Com efeito, a região literarizada torna-se uma região duplamente escrita, porque congrega em um só corpo duas práticas culturais. Sendo ela socialmente escrita pelas ações dos atores sociais, que revestem de significados o espaço que habitam e com isso escrevem suas características e constituem um imaginário, torna-se também literal/literariamente escrita e ganha função estética quando toma forma na arte.

A regionalidade do texto de ficção determina a literarização da região à medida que confere forma artística a um conteúdo social, convertendo-se, com maior ou menor grau de sucesso estético, em expressão ficcionalizada de um dado território físico e simbólico. Ou seja, a regionalidade escreve a região e consolida os sentidos simbólicos que se inscrevem nos feixes de relações que caracterizam a paisagem cultural na obra. Mas não apenas isso: nos dizeres de Joachimsthaler, a “literarização de uma região e a regionalização de sua literatura [...] muitas vezes estão imbricadas entre si até a

indissolubilidade”, conduzindo a um processo mais complexo e que depõe da relação entre literatura e sociedade, uma vez que literarizar a região contribui para “a regionalização da região, portanto, a adaptação da região a ela na literatura regionalizada em imagem literarizada” (JOACHIMSTHALER, 2009, p. 56). Em outros termos, contribui para a própria regionalização da região, isto é, a adaptação da região a ela mesma com base em sua imagem literária.

Inseridos na atmosfera do seu tempo, obras e autores partilham visões de mundo, relacionando-se com o espaço social que os cerca a partir do repertório cultural disponível. Nessa linha, pode-se perceber como um autor como Guimarães Rosa, mesmo que temporalmente distante de vários de seus pares, com eles trava relações, enquanto eles mesmos travam relações entre si. Tal dinâmica não se detém nem após o falecimento dos escritores, como comprovam as retomadas de Alencar e Távora por Gilberto Freyre, ou de Arinos por Guimarães Rosa. Suas auras e suas obras continuam a operar no imaginário, seguem influenciando as artes e se desdobrando em novas leituras conforme são cotejados a partir do contemporâneo. Esse sistema simbólico, visto por Nilda Teves como o local que “reflete práticas sociais em que se dialetizam processos de entendimento e de fabulação de crenças e de ritualizações” (2002, p. 64), permite a consolidação de sentidos na sociedade, a regulação de comportamentos, a identificação e a distribuição de papéis sociais. É um repositório de significados útil à investigação histórica, uma vez que “tanto o documento quanto o leitor refletem a bacia semântica de seu tempo como um conjunto homogêneo de representações que manifestam o imaginário sociocultural da época.” (TEVES, 2002, p. 64).

Nesse sentido, compreende-se o papel inicial representado pelos textos literários para a consolidação dos espaços regionais no Brasil. No limiar entre ficção e realidade, a percepção sobre a obra literária parece procurar averiguar se ela corresponde ao real ao mesmo tempo em que molda a visão do real à sua imagem ficcionalizada. Quando autores como José de Alencar, no século XIX, ou Guimarães Rosa, no século XX, produzem imagens da região, essas imagens são acompanhadas do reconhecimento e do capital simbólico de seus idealizadores, de modo que possuem alta capacidade de construir e preservar modelos identitários. Nesses casos, a posição fronteira da literatura parece capaz de conformar realidades à semelhança de ficções.

Referências

- ANDRADE, C. D. de; PEREZ, Renard; RAMOS, Graciliano *et al.* **Em memória de João Guimarães Rosa**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.
- ARINOS, A. **Pelo sertão**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1981.
- CANDIDO, A. O homem dos avessos. In: COUTINHO, Eduardo. **Guimarães Rosa** (Coleção Fortuna Crítica). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 294 – 309.
- DIAS, F. C. Aspectos sociológicos de “Grande sertão: veredas”. In: COUTINHO, Eduardo. **Guimarães Rosa** (Coleção Fortuna Crítica). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 390 – 407.
- ECO, U. Bosques possíveis. In: **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- GOULART, E. M. A. **Rastreando Riobaldo**. Ensaio classificado em 3º lugar no Concurso da APUBH sobre o livro Grande sertão: veredas. Belo Horizonte: Edições Borracharia, 2006.
- JOACHIMSTHALER, J. A literarização da região e a regionalização da literatura. **Revista Antares – Letras e Humanidades**. Caxias do Sul, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/viewFile/400/330>> Acesso em: 15 nov. 2009.
- MAFFESOLI, M. O imaginário é uma realidade. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 15, ago. 2001.
- POZENATO, J. C. **Processos culturais**: reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul: Educs, 2003.
- ROSA, J. G. **Grande sertão: veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- SANTOS, R. J. dos. A “ânsia topográfica”: geografia, literatura e região no século XIX. **Brasil/Brazil**, n. 45, 2012, p. 71 – 92.
- TEVES, N. Imaginário social, identidade e memória. In: FERREIRA, Lucia M.A.; ORRICO, Evelyn G. D. (orgs). **Linguagem, identidade e memória social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 53 – 68.
- VIGGIANO, A. **O itinerário de Riobaldo**: espaço geográfico e toponímia em “Grande sertão: veredas”. 3. ed., rev. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.